

O socialismo marxista não ficou para trás, é nosso futuro: comentários sobre o conceito de socialismo de Estado, lições e perspectivas

Carta de Tamás Krausz¹

Resumo: a presente carta realiza uma interpretação crítica dos regimes soviéticos do Leste Europeu mobilizando a categoria “socialismo de Estado” e polemizando com a perspectiva que interpreta tais regimes a partir da ideia de “capitalismo de Estado”. Ademais, a carta apresenta ainda uma leitura sobre o socialismo enquanto estágio inferior do capitalismo.

Palavras-chave: Capitalismo de Estado; Socialismo de Estado; Leste Europeu.

¹ Professor emérito da Universidade Eötvös Loránd, Budapeste, autor de *Reconstruindo Lênin* (Boitempo, 2017), pelo qual recebeu o Deutscher Memorial Prize e editor fundador do periódico húngaro *Eszmélet*. Tradução de Bruna Della Torre de Carvalho Lima.

Prezado Karl Marx!

Na ordem mundial contemporânea, o futuro da esquerda marxista parece nebuloso, inclusive na Hungria. Após o colapso do socialismo de Estado e a desintegração da União Soviética, suas estátuas (bem como as de Engels) foram postas de lado ou destruídas em todos os lugares. A Universidade, que levava seu nome, foi renomeada e a sua estátua, que ficava no saguão, foi removida e trancada num porão escuro. Embora seja verdade que algumas de suas ideias, canonizadas no regime socialista de Estado, tenham funcionado também como uma ideologia legitimadora sob a rubrica do “Marxismo-Leninismo”, não importa o quão vulgarizadas tenham sido essas ideias no regime anterior, elas foram substituídas por ideias novas, criminosas, que expressam “adequadamente” a natureza, o caráter e a forma oligárquica do novo capitalismo, a segunda variante do capitalismo no Leste Europeu.

A segunda variante do capitalismo (Engels empregava o termo segunda servidão – zweite Leibeigenschaft – para designar as sociedades europeias do Leste, as quais constituíam a periferia do sistema capitalista mundial) trouxe de volta uma forma de capitalismo carregada de características feudais. A burguesia, criada a partir de cima pela direita conservadora (e os seus sucessores liberais e os traidores da classe trabalhadora), só consegue manter o modo de produção capitalista por meio de métodos autoritários e põe os indivíduos e suas organizações sob o controle do Estado. Consequentemente, ela se tornou a única fração da classe dominante insubstituível no poder político.

Você pode não estar ciente disso, mas o movimento dos trabalhadores húngaro já era tão devotado a você, desde o final do século XIX, que até o seu primeiro nome foi traduzido para o húngaro e as capas dos seus livros em húngaro trazem o nome Marx Károly. Tudo isso não aconteceu unicamente porque você tinha em alta conta o papel dos húngaros, do povo húngaro, nas revoluções europeias de

1848. Mais importante que isso, o Capital demonstrou a possibilidade e, na verdade, em certo sentido, a inevitabilidade de sua libertação, também para os trabalhadores húngaros. A análise do Capital como um sistema de lucros demonstrou a complexa estrutura hierárquica de exploração e opressão que, depois do “prelúdio” da Comuna de Paris, colapsou em um sexto do mundo por conta da Revolução Russa de 1917. A revolução proletária húngara de março de 1919, a República Soviética Húngara, foi a primeira revolução anticapitalista de escala nacional, que se juntou à Revolução Comunista russa. Suas ideias tornaram-se então fundamentais também em sentido nacional.

É igualmente notável que a pequena Hungria, que mais tarde converteu-se na vanguarda da contrarrevolução de 1920-21 e até mesmo uma aliada de Hitler, tenha criado uma grande cultura marxista, cujos representantes mais importantes tornaram-se intelectuais mundialmente renomados e as grandes figuras da principal corrente do pensamento anticapitalista até hoje: György Lukács, István Mészáros, Ferenc Tókei, e a lista certamente poderia ser expandida. O jornal *Eszmélet* (Consciência) é atualmente o principal fórum do pensamento marxista na Hungria, em nome do qual eu gostaria de lembrar o seu aniversário com algumas reflexões.

A experiência do socialismo de Estado fracassou: viva o socialismo

Desde que fracassou o primeiro experimento socialista duradouro, que te citava e que teve início sob a liderança de Lênin e converteu-se no desenvolvimento socialista de Estado sob Stálin devido ao peso de severas restrições históricas, nós temos que enfrentar suas experiências. Nós não teríamos meios científicos para fazer isso sem a sua teoria, a teoria das formas sociais.

A concretização histórica do anticapitalismo segue, sem dúvida, uma trajetória mais complicada do que você presumiu. Nos países centrais, no Ocidente, onde tantos grupos da esquerda radical de fato

anticapitalistas foram críticos veementes do primeiro Estado socialista – a União Soviética, que se estabeleceu na semiperiferia –, ainda hoje, 100 anos depois da Revolução Russa, essa esquerda permaneceu um fenômeno político periférico, embora tenha continuado a existir e se desenvolver teoricamente. O que podemos dizer, então, sobre a região do Leste Europeu, que passou por um renascimento “nacionalista-cristão” graças ao colapso do socialismo de Estado? O conteúdo econômico desse “renascimento” inclui uma forma de capitalismo especialmente selvagem, impiedosamente egoísta e desumana: um capitalismo oligárquico, caracterizado por uma disputa entre dois direcionamentos, ambos a serviço do neoliberalismo: a disputa entre o conservadorismo (etno)-nacionalista e o liberalismo multicultural, que também reflete os valores e interesses das elites do poder da União Europeia e dos Estados Unidos, do capital supranacional. A roda da história segue um curso diverso na América Latina, onde grandes movimentos sociais ocorrem reiteradamente e pressionam e ultrapassam as fronteiras do capitalismo (Cuba, zapatistas, o experimento na Venezuela, as grandes experiências de resistência popular no Chile, no Brasil, no Uruguai, na Argentina, etc.)

Os atuais regimes contrarrevolucionários do Leste Europeu colocam o descrédito e a erradicação da tua teoria no cerne da ideologia legitimadora deles, bem como a criminalização do passado socialista (de Estado), e iniciam essa criminalização com a história da Revolução Russa. Essa nova burguesia criada a partir de cima “priva” dezenas e dezenas de milhões das classes sociais mais baixas e os empurram de volta para as fileiras ainda mais baixas (ou ainda, para o porão) da sociedade de consumo e para as teias demagógicas das várias igrejas reacionárias. Como você mesmo formulou, a religião tornou-se novamente o ópio do povo – ao invés de ser o meio de libertação. Quem quer que se recuse a tornar-se parte da máfia, é exposto à tentação do ópio real, drogas, álcool e prostituição.

Nós aqui no Leste Europeu temos tentado defender essa alternativa na esfera ideológica, pelo menos marginalmente,

apoiados nos seus trabalhos, nos de Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács, Mészáros e no das gerações de marxistas contemporâneos. Infelizmente, hoje não podemos fazer mais que isso.

Atualmente, encontramos dificuldades até para definir claramente o sistema socialista de Estado falido no qual crescemos: o que ele era e qual era seu conteúdo real, o que é essencial para a reflexão teórica futura. Num comentário lateral, György Lukács (1885-1971), que foi um dos seus seguidores mais importantes e mundialmente renomados, um filósofo e um comunista, disse que alguém pode vender sua alma ao demônio apenas uma vez; no entanto, a esquerda parlamentar, que nasceu da mudança de regimes, vendeu a sua alma ao diabo, que é o capitalismo, não só uma vez, e nem sequer duas. Por conseguinte, não se pode esperar dela a renovação do método e do socialismo científico que você fundou, e nós não temos nenhuma razão para confiar nela. Os pequenos grupos da esquerda realmente anticapitalista em toda região podem somente esperar pelo ressurgimento do “grande movimento”...

O que foi o socialismo de Estado?

Eu acho, na verdade, eu tenho certeza, que você concordaria conosco que o socialismo de Estado não deveria ser definido como capitalismo (de Estado).

Nos anos 1960, houve um debate, especialmente na Europa, que visava compreender o caráter socialista do desenvolvimento soviético por meio do conceito de modo de produção asiático, não independentemente do fato de que esse conceito, que você utilizava, tenha sido colocado ad acta na União Soviética na década de 1930, graças à intervenção direta de Stálin (a saber, com o uso da violência estatal). Três décadas mais tarde, Karl Wittfogel, da primeira geração dos renegados, elaborou um conceito ideológico vulgarizado e anti-socialista a partir da teoria do “asianismo”. Sua teoria do modo de produção asiático foi reconstruída por Ferenc Tókei nos anos 1960. Se descrevemos, entretanto, o sistema do socialismo de Estado – junto

com Wittfogel – com base no conceito de modo de produção asiático, perderemos sua originalidade histórica.

Outros, claro que marxistas e camaradas, que se recusaram a reconhecer qualquer traço socialista no regime passado, definiram socialismo de Estado como capitalismo de Estado, com uma simplificação similar e desconcertante, porque pensavam não haver diferenças fundamentais entre o sistema capitalista e o socialismo de Estado. Eles se recusaram até mesmo a examinar a seguinte contradição: que tipo de capitalismo de Estado é possível se ter num sistema que colocou o socialismo em pauta como o estágio final do desenvolvimento e eliminou a produção de mercado orientada para o lucro?

Está claro que o sistema, que se constituiu na virada das décadas de 1920 e 1930 na União Soviética e que existiu na sua estrutura fundamental até o final de 1991, foi um desenvolvimento historicamente determinado tanto pelas condições internas quanto pelas condições internacionais contemporâneas. O fato de que a história do desenvolvimento pós-revolucionário pode ser igualmente entendida como a história do encolhimento rápido e tempestuoso das alternativas históricas, não contradiz o que foi dito acima, mas reforça, ao contrário, suas determinações fundamentais. A razão mais importante para isso é que, graças às condições sociais e políticas particulares, todas as grandes questões surgiram da perspectiva da defesa do poder revolucionário, a saber, da sobrevivência do novo Estado. Por si mesmo, isso não seria um fenômeno específico num sentido histórico. O que torna a situação específica para o grande Estado soviético é a discrepância persistente e a contradição, no fim das contas irreconciliável, entre o conjunto de condições internas e externas, conforme indicado acima, e as metas declaradas da revolução. A tarefa de superar o atraso social e econômico de um século e de erguer dezenas de milhões de pessoas sob a liderança de um poder estatal centralizado em meio a inimigos externos foi um experimento social da mais alta importância, um experimento histórico praticamente único. Aqueles

que enfatizam o sucesso do desenvolvimento soviético durante a era stalinista, destacam a industrialização, o desenvolvimento da grande cultura soviética e o triunfo da União Soviética sobre a Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial, que teve uma importância global; enquanto aqueles que veem o sistema como um cul-de-sac, preferem falar no “grande Terror”, no GULAG, onde 1-2% da população produzia 2-3% da riqueza nacional.

Quando o regime se declarou socialista (1936), estava claro para Trotsky e para a velha vanguarda bolchevique que o socialismo não havia sido realizado e um regime diverso havia se estabelecido na União Soviética, baseado na propriedade estatal, numa economia planificada, super-burocratizada e centralizada e na redistribuição estatal. (Tudo isso, é claro, não pode ser atribuído meramente à vontade de Stálin; o fenômeno do stalinismo deveria ser explicado a partir de uma série de razões históricas). O “Estado de Bem-Estar” centralizado, que ergueu social e culturalmente as classes subalternas, assumiu um papel histórico específico. Até mesmo Lassalle e os sociais-democratas alemães teriam ficado com inveja... Eu me lembro bem da tua análise do socialismo de Estado. De acordo com o acima descrito, na União Soviética (e, mais tarde, nos Estados aliados) o sistema unipartidário se estabeleceu com o fito de proteger a propriedade estatal e administrar politicamente o sistema. Tudo isso resultou no fato de que, ao lado de um pluralismo institucional específico, o Partido Comunista, ou melhor, sua estrutura de poder tornou-se insubstituível. Seguida da abolição da propriedade privada, a função fundamental do sistema unipartidário era proteger a propriedade estatal. A propriedade estatal, per definitionem – devido à determinação da revolução e das massas do povo, que apoiaram a revolução e a nacionalização (socialização) – não poderia ser comprada ou vendida, simplesmente não era um fator de mercado, inclusos, sem dúvida, todos os meios de produção importantes, como a terra. Assim, Estado e Socialismo, que nos teus trabalhos, de Engels e de Lênin eram originalmente entendidos como sendo contraditórios, pressupuseram um ao outro na realidade

soviética. Ou seja, o próprio conceito de socialismo de Estado reflete adequadamente a mais profunda contradição do processo efetivo de desenvolvimento. Da perspectiva das estruturas social e de classe, isso significou a definição da classe trabalhadora como classe dirigente e, de fato, a sociedade soviética ela mesma foi colocada institucionalmente e economicamente sob o governo da burocracia, de um sistema burocrático institucional, cujo governo seria legítimo apenas enquanto servia e protegia os interesses da “classe dirigente”, àqueles dos “trabalhadores”. Não é por acaso que durante toda a era do socialismo de Estado o próprio governo burocrático tenha funcionado sob a bandeira da luta ideológica e cultural contra a burocracia, e recorrido, finalmente, até mesmo à dizimação física da ordem burocrática. Isto é, o poder da burocracia, que não era homogêneo nem do ponto de vista institucional, nem do ponto de vista social, estava longe de ser descontrolado: ao contrário, havia uma luta permanente entre suas diversas frações pelo controle dos recursos do orçamento estatal, pela preservação do seu próprio status, pelo aumento ou diminuição do poder de influência sobre os vários aparatos, pelo controle de um sobre o outro. Por um lado, a abolição da burguesia, da classe latifundiária dirigente e das instituições da velha opressão de classe em geral tornaram impossível o ressurgimento do capitalismo como um sistema enquanto que, por outro lado, alguns elementos do sistema capitalista naturalmente sobreviveram. Eu não me refiro apenas às desigualdades socioeconômicas, que sobreviveram graças ao controle burocrático da propriedade estatal, mas principalmente à sobrevivência da maior parte das características da estrutura da divisão do trabalho que conhecemos da história do capitalismo (o mais doloroso em tudo isso era a divisão do trabalho entre trabalho manual e intelectual), bem como ao fato que resultou inevitavelmente das restrições advindas da necessidade de se adaptar à economia mundial e às restrições impostas pela “acumulação primitiva de capital” socialista (Preobrazhensky), a saber: o Estado “socialista” foi reduzido à “troca desigual” com os países capitalistas e com a sua própria população, principalmente camponesa,

para financiar a industrialização forçada. A própria produção era organizada no âmbito da economia planificada e ignorava os interesses das relações de mercado e de gestão dos lucros. A acumulação de propriedade privada era impossível de um ponto de vista sistemático: a propriedade estatal não podia ser herdada e o Estado, que regulava a redistribuição, considerava sua própria sobrevivência como fator de importância primordial. Tudo isso exigia a satisfação das necessidades sociais e culturais da população ao menos num nível que assegurasse a integração social – ao lado do pluralismo institucional característico do regime – e o amplo apoio da massa ao poder estatal por muito tempo.

Desse modo, o socialismo de Estado surgiu principalmente como uma nova forma social que, à luz das tuas próprias considerações teóricas, não era nem capitalismo e nem socialismo. Algumas funções da burguesia foram assumidas pelo Estado, que exercia um controle quase completo sobre o capital e o trabalho acumulados. Enquanto que, sob o capitalismo (ao menos em sua forma pura, por exemplo e sobretudo nos Estados Unidos), toda a comunidade só pode sobreviver atualmente como uma comunidade mediada pelo dinheiro, sob o socialismo de Estado, toda a existência comunitária estava ligada à mediação estatal. A propriedade estatal de empresas, fábricas, terra, máquinas, etc. – contrariamente à ideologia legitimadora – excluía o seu controle sócio-comunitário, para o que os Conselhos de trabalhadores húngaros de 1956 (também) chamaram a atenção.

Tudo isso se refletia no sistema político que, no final das contas, privava dos seus direitos políticos, ou ao menos de parte deles, todos os indivíduos e grupos sociais que buscavam reformar o sistema, seja de um modo capitalista, seja numa direção socialista de autogoverno. Por fim, contudo, toda a história das reformas econômicas e de mercado feitas pelo Estado mostra que o regime estava indo na direção das reformas de mercado, principalmente, porque os estratos burocráticos e sociais mais altos buscavam eliminar as anomalias do funcionamento do sistema e os obstáculos à acumulação de propriedade privada de acordo com seus próprios interesses e, é claro, conforme às condições objetivas.

A teoria do capitalismo de Estado descreve o socialismo de Estado a partir da década de 1930 essencialmente como capitalismo de Estado. A aparição dessa teoria na esfera ideológica do Leste Europeu após a mudança de regime é caracterizada adequadamente pelas seguintes linhas escritas por um amigo: “É uma visão corrente hoje que uma forma de capitalismo de Estado se estabeleceu como decorrência das experiências socialistas. Todas as assim chamadas forças reformistas, que enfrentaram os experimentos socialistas passados, visavam legitimar sua nova posição a partir da justificativa de que eles queriam/querem substituir o capitalismo de Estado ditatorial e ineficaz por um capitalismo privado democrático e eficiente. É por essas razões que eles acreditam que, apesar de tudo, não houve mudança de sistema em 1989, mas que apenas mudou-se de uma forma de capitalismo para outro tipo de capitalismo”. Essa polêmica tem, entretanto, um enquadramento teórico, que não visa meramente justificar a política contemporânea e as escolhas políticas, mas que inclui a abordagem teoricamente orientada ao passado, presente e futuro do assim chamado “problema do socialismo” e a discussão da perspectiva do socialismo.

A teoria do capitalismo de Estado, que se constituiu a partir do trabalho de R. Cliff representa um desafio teórico. A essência de seu conceito consiste na ideia de que o modo de funcionamento fundamental do regime soviético era idêntico àquele dos países capitalistas. Isto é, a apropriação de mais-trabalho e de mais-valia era tão importante na União Soviética até o seu colapso quanto o era nos Estados ocidentais, onde os regimes de capitalismo de Estado também se constituíram. Nessa medida, a União soviética transformou a forma da estrutura de classe capitalista do capitalismo privado em capitalismo de Estado. Essa teoria recusa a ideia de que o conceito de classe deveria se basear nas relações de poder e de propriedade; ao invés disso, aplica-se, em teu nome, a definição de excedente (mais-trabalho, mais-valia) ao sistema. Eles não conseguem perceber que o capitalismo de Estado ocidental efetivo e o desenvolvimento soviético funcionavam por meio de diferentes hierarquias, mecanismos e incentivos.

Já na literatura dissidente dos anos 1970, muitos autores rejeitaram, de partida, a ideia de que o raciocínio baseado no “excedente” define classe e estrutura. Entretanto, a hipótese de que os apparatchiks [membros do aparato comunista do Estado], que compunham – inclusive os membros da família – 70 milhões, um terço da população soviética nos anos 1980, podem ser definidos como uma classe social homogênea, uma “burocracia, uma nova classe, que se apropria do excedente”, é completamente enganosa e representa uma interpretação completamente errônea da tua teoria do capitalismo.

É bem verdade que, no desenvolvimento soviético, a estrutura da divisão do trabalho não foi submetida a uma transformação radical em comparação com sua forma capitalista. No entanto, na União Soviética e posteriormente em seus Estados aliados do Leste Europeu, formou-se um regime muito específico de apropriação de mais-trabalho e mais-valia, que difere amplamente do que você escreveu a respeito da natureza do desenvolvimento capitalista no que concerne à sua estrutura social e gestão do poder político; e, sem dúvida, que também difere da prática do capitalismo de Estado, que se constituiu no Ocidente em relação à teoria das formas sociais. No que se refere à história social, trata-se da definição da burocracia como um estrato dirigente ou uma classe dirigente. É verdade que a burocracia como um grupo social controlava a mais-valia sem ser proprietária. Mas se descartarmos o problema da propriedade do conceito de “formação de classe”, nós estaríamos distantes de tua estrutura teórica; ademais, trata-se de uma ideia que é estranha à experiência cotidiana, à vida cotidiana. Nós simplesmente não compreendemos porque seria uma solução mais diferenciada da perspectiva da definição de classe, distinguir entre “duas classes”, aquelas que controlam o excedente e aquelas que são excluídas desse controle, do que definir as classes a partir da propriedade (as classes proprietárias e as classes despossuídas) baseada nas relações de propriedade. Essa última solução também é um tanto quanto simplificadora uma vez que muitos outros fatores influenciam e determinam a estrutura social. Isto é, se sob o socialismo

de Estado todo mundo é, ao menos por princípio, de acordo com a Constituição, proprietário (da propriedade estatal), na prática, aqueles que se apropriam das funções de proprietários efetivos, a “burocracia”, não podem transmitir seu status aos seus filhos, a função apropriada não pode ser herdada. A propriedade estatal não pode ser vendida ou comprada e ela não se encaixa na estrutura do mercado. Sendo assim, a burocracia não pode se transmutar numa classe capitalista dentro dos quadros do sistema, como demonstrei acima. (Há um fenômeno similar no capitalismo, que não era típico no período em que você analisou o capital. A “sociedade empresarial de responsabilidade limitada”, na qual a função de gerência do capital é separada da função de propriedade do mesmo, tornou-se a forma de empresa dominante (por volta do fim do século XIX). Isso levou à emergência de uma nova “classe”, a classe dos CEOs – Chief Executive Officers [diretores executivos] – que representam a classe capitalista, atuam em nome dela, mas também em benefício próprio. Uma vez que os interesses específicos dos gerentes ferem os interesses do lucro, os donos do capital tentam o seu melhor para limitá-los, remunerando, por exemplo, os CEOs de maneira proporcional ao aumento do lucro ou pagando-os com títulos).

Referir-se à sua teoria e ao mesmo tempo excluir da análise do capitalismo a propriedade privada capitalista como um fator constituinte da classe ultrapassa os limites da impossibilidade lógica. Os representantes do capitalismo de Estado evitam a questão fundamental: a saber, que no sistema que chamamos de socialismo de Estado, a propriedade estatal não se baseia no princípio da propriedade privada capitalista – uma relação que não podemos desconsiderar quando falamos da formação de classe e da existência de classes. Sob o capitalismo efetivo, o fundamento da propriedade estatal é constituído pelo sistema da propriedade privada capitalista. Sob o socialismo de Estado, com a eliminação da burguesia como uma classe, a ordem econômica, a estrutura de classe e a esfera da vida intelectual-cultural sofreram uma transformação radical, que criou

novas formas estruturais, cuja análise não pode se dar no interior de um enquadramento teórico unidimensional. Isto é, podemos concordar com os representantes da teoria do capitalismo de Estado no que se refere ao fato de que não podemos falar em socialismo sem a socialização da propriedade estatal, sem o controle social sobre o trabalho excedente. Disso, contudo, não se conclui metodologicamente que o conceito de capitalismo de Estado seria adequado para descrever a essência da realidade soviética.

Contrariamente à teoria do capitalismo de Estado, o ponto de partida da tua teoria não é, no final das contas, o conceito de excedente – pois, como você deixou claro, desde o início da história humana, o excedente sempre foi produzido e é apenas o modo de produção do excedente que diferencia os sistemas sociais –, mas sim os conceitos de capital e de mercadoria, o conceito de produção, uma vez que o excedente é criado pelo processo de reprodução capitalista e, como tal, é um elemento da relação capitalista, mas não idêntico a ela. Esse pequeno mal-entendido ou deslize não é “acidental”. Se partirmos das formas históricas modernas do processo de reprodução capitalista, a saber, produção de lucro e acumulação de capital, podemos ver claramente as diferenças radicais entre o sistema soviético e o capitalismo de Estado ocidental no que se refere às formas sociais. Nas análises dos defensores do capitalismo de Estado, não podemos encontrar os elementos pós-capitalistas do desenvolvimento soviético, que permitem, principalmente, a transição para a autogovernança social: os conselhos de trabalhadores e os corpos profissionais eleitos dos trabalhadores, ainda que essas organizações sociais e laborais funcionassem dentro do âmbito do socialismo de Estado, em tempos históricos limitados e sob restrições. Se não há nenhuma exploração pelo capital privado e a propriedade estatal não pode ser herdada, se a acumulação de capital privado é impossível ou muito limitada, a própria burocracia alienada está em uma posição instável, a despeito de todas as suas funções opressivas, e sob ameaça constante de ser reduzida à “condição proletária”; logo, ela se tornou, por fim, aberta à restauração capitalista por volta de 1989.

Os defensores da teoria do capitalismo de Estado ignoram também um outro elemento possivelmente anticapitalista do desenvolvimento soviético: sob o socialismo de Estado, o Estado como proprietário e, enquanto tal, uma organização que exerce o controle sobre o mais-trabalho, não explorou as relações da propriedade privada capitalista, mas adentrou um novo terreno que foi expurgado pela revolução política. Portanto, a crítica metodológica fundamental dos defensores da teoria do capitalismo de Estado é que eles ignoraram voluntariamente o fato de que o controle sobre o mais-trabalho *in statu nascendi* está ligado à questão do poder e da propriedade, ele possui uma estrutura, que é definida por essa. As questões relativas à propriedade e ao poder também não podem ser separadas de uma perspectiva pedagógica, uma vez que sua relação é tão imanente. Nós falamos de dois lados diferentes da mesma moeda. Os autores criticados “precisam” ignorar esse fato para que possam “esconder” a diferença essencial entre a estrutura social fundamental característica do socialismo de Estado e as sociedades do tipo ocidental. Sob o socialismo de Estado, o traço distintivo fundamental do desenvolvimento era que o controle sobre o mais-trabalho não era realizado sob os ditames da maximização dos lucros e, além disso, o Estado (e o Partido) financiava uma série de atividades não-lucrativas (educação, educação superior, serviços de saúde, lazer, etc.) em tal extensão e profundidade, que jamais ocorreu até mesmo na Europa Ocidental, para nem mencionar as semiperiferias do sistema mundo.

O que é o socialismo como estágio inferior do comunismo?

Prezado Karl Marx, eu aprendi com você e com Engels, com os seus escritos, sua correspondência, seus artigos, trabalhos, e especialmente com os seus escritos sobre os programas partidários, que os partidos socialistas de esquerda não devem assumir as tarefas da burguesia: a gestão do capitalismo. Você pode imaginar meu estado quando, em torno de 1989, meus próprios amigos quiseram implantar

um “bom” capitalismo no lugar dos capitalistas. É claro que, hoje em dia, eles geralmente se recusam a assumir a responsabilidade por suas ações passadas, porque um pesadelo recaiu sobre nós: um capitalismo oligárquico e repressivo emergiu da mudança dos regimes. Com o fito de nos prepararmos para os tempos nos quais um movimento significativo da classe trabalhadora se constituirá na nossa região, nós consideramos um programa que lida com a autodefesa da sociedade, e com os meios com os quais nós podemos nos defender contra o capital de forma eficaz e bem-sucedida. Muitos, até mesmo centenas de milhões, ainda acreditam no mito do “bom capitalismo”. A nova consciência de classe pode ser criada no processo de formação e conscientização de uma autodefesa social. As associações de vida e de trabalho, as organizações de trabalhadores assalariados, que permitem as classes mais baixas administrar e controlar a vida cotidiana, não serão criadas de um dia para o outro e nem simultaneamente, mas certamente não haverá passo adiante sem elas. Os partidos tradicionais – ao lado do sistema parlamentar burguês – só poderão ser abolidos por essas organizações econômico-político-sociais multifuncionais (incluindo, como você e Lênin disseram, um forte partido dos trabalhadores que seja capaz de conquistar e manter o poder e que forneça o espaço e o tempo necessários para o desenvolvimento da auto-organização de todos os trabalhadores num processo no qual o Estado e o Partido proletários gradualmente se dissolvam), que englobem as três dimensões citadas. Muitas experiências históricas se acumularam, nesse sentido, no século passado; sendo a história do socialismo de Estado, a história da União Soviética, obviamente, a mais importante. Se fizermos um balanço dessas experiências com a ajuda do teu método, nossas análises irão auxiliar de modo significativo as gerações futuras.

Nessa chave, depois de você, Karl Marx, a importância de Lênin, Gramsci e Rosa Luxemburgo é inquestionável para os verdadeiros anticapitalistas. Isto é, foram eles que demonstraram mais claramente a alternativa de ir além da ordem capitalista na prática – em direção ao autogoverno social.

Tomando como base muitas de tuas análises, o conceito de trabalhador incorpora praticamente todos os trabalhadores assalariados, a maioria dos quais gostaria de sair de um mundo de guerras e desigualdades para um regime mais justo. Dos zapatistas (falamos aqui de vários milhões) retroagindo na história até os conselhos de trabalhadores russos, espanhóis, húngaros, etc. (falamos de dezenas e dezenas de milhões), nós podemos tirar a conclusão, que pode nos deixar otimistas apesar de todos os fracassos, de que – como você escreveu em algum lugar – os trabalhadores irão tentar, repetidamente, diante de cada derrota, (re)tomar o controle sobre suas vidas sem a tutela do capital e da burocracia. É óbvio, no entanto, que isso não será possível sem uma transformação revolucionária global ou regional. Estruturas complexas de controle social dos trabalhadores podem se formar, a depender do tempo e do espaço histórico. Esse sistema – conforme enfatizou Lênin muitas vezes – não pode ser imposto de cima com base em qualquer conceito burocrático. Nesse sentido, a tarefa mais fundamental de um “partido” anticapitalista ou de uma organização poderosa seria impulsionar a vontade dos trabalhadores de se organizarem, e espalhar a ideia da autogestão entre os empregados. É a autodefesa social, a capacidade dos trabalhadores de se defenderem que forma a base: a criação e defesa da propriedade comum, a unificação do trabalho e da propriedade (Marx: Crítica ao Programa de Gotha e István Mészáros: Para além do capital). Qualquer debate que desmobilize as pessoas e torne-as passivas e incapazes de agir por conta própria, ou agir de maneira independente, só vai beneficiar o capital e o Estado capitalista. A única alternativa ao capitalismo é o socialismo (Comunismo), que pode surgir dos movimentos coletivos anti-sistêmicos. Nós começamos a reconstruir a alternativa de esquerda na Hungria em 1988-1989 a partir dessa concepção e desde então nada ocorreu que possa ter colocado em xeque nossos pontos de partida marxistas e nossa crítica ao sistema. Apenas para nos gabarmos um pouco: nosso jornal *Eszmélet* e seu círculo tomou para si a tarefa de preservar e continuar uma parte significativa

da tradição marxista e nós temos resultados duradouros nesse campo. Com o nosso método de análise, por exemplo, nós reconhecemos já em 1989 que o novo capitalismo, com o seu caráter oligárquico e prostituinte, levaria inevitavelmente ao desenvolvimento autoritário e ao fascismo. Por conseguinte, nós sabíamos já em 1989-1991 que a presunção de que o Leste Europeu logo “alcançaria” o Ocidente não era nada mais que uma ilusão não científica, manipuladora e que servia aos interesses das novas classes dirigentes. Portanto, estamos convictos de que não há sentido em trabalhar com o mito capitalista de “alcançar” o desenvolvimento; nossa tarefa prática fundamental tem sido a de construir local e globalmente um movimento de massa anticapitalista-socialista.

Finalmente, eu gostaria de encerrar a minha carta com uma observação pessoal. Seu aniversário, lembrado em todas as partes do mundo, provou que o seu trabalho tem sido um marco duradouro na história da humanidade. Conforme disse Lênin numa ocasião: “... os ensinamentos de Marx são tão poderosos porque são verdadeiros”.

Saudações comunistas!
Cordialmente,

Tamás Krausz.

